

O DEBATE DO *OIKOS*. DOS MODERNISTAS AOS FORMALISTAS: Breves apontamentos de Eduard Meyer e Barry Kemp

Lívia Cristina de Souza Sigliani¹

Resumo: O “debate do *oikos*” eclodiu em 1895, na Alemanha, expondo a divergência entre dois conceitos paradigmáticos sobre economia antiga: a concepção modernista, defendida por Eduard Meyer, retomada posteriormente pelos formalistas, em contraponto à concepção primitivista, defendida por Karl Bücher, redimensionada posteriormente pelos substantivistas. Pretende-se nesse trabalho apresentar um extrato deste debate centenário, por meio dos trabalhos de Eduard Meyer e Barry Kemp acerca do Egito antigo. Procurar-se-á explicitar a perspectiva modernista de Eduard Meyer e formalista de Barry Kemp, em contraponto à perspectiva primitivista de Karl Bücher e substantivista de Jacob J. Janssen.

Palavras Chave: Egito antigo. Economia antiga. Modernistas-Formalistas.

Prolegômenos

O debate do *Oikos* teve início no dia 20 de abril de 1895, no Terceiro Congresso de Historiadores Alemães, em Berlim, quando o historiador Eduard Meyer, posteriormente conhecido como modernista, fez críticas incisivas ao modelo evolucionista da economia antiga formulado pelo economista Karl Bücher e Karl Rodbertus², fundadores da corrente primitivista.

A Alemanha do século XIX se encontrava em um contexto de cientifização da disciplina histórica. Ranke, um dos fervorosos defensores dessa cientifização, criticava a possibilidade de se aplicar teorias e pensamentos metafísicos para o conhecimento histórico. Para que a História se tornasse uma disciplina científica, o historiador não deveria julgar o passado, e sim, expô-lo em sua essência interpretando épocas, instituições e indivíduos históricos em seus próprios termos e não nos padrões contemporâneos, ou seja, ressaltar a singularidade e a individualidade dos fenômenos históricos compreendidos em seu próprio tempo. Para isso, Ranke apontou dois princípios fundamentais do historicismo alemão: a empatia, que implica em “colocar-se no lugar” dos indivíduos históricos e a individualidade, que consiste em tratar todos os tipos de sujeitos históricos como únicos. Apesar de advogar a objetividade, sua concepção de ciência apoiava-se nos valores culturais e políticos da burguesia e do Estado prussiano, o que impossibilitou a imparcialidade defendida pelo

mesmo. O historicismo norteou a tradição histórica alemã e influenciou economistas da época que utilizaram as perspectivas historicistas para desenvolver as suas teorias econômicas³.

O economista Karl Bücher (1847-1930), membro da Escola Alemã da Economia Política, sob influência do historicismo, amparado nos trabalhos de Karl Rodbertus, formulou a “teoria do *Oikos*”. O *Oikos*, a *household*, a casa, implica em uma unidade não somente de habitação, mas, que agrega homens que formam uma comunidade econômica. Bücher apresentou em 1893 um esquema de três estágios na evolução econômica: 1) a economia doméstica fechada, típica do mundo antigo; 2) a economia urbana, típica da Idade Média; 3) a economia nacional, característica da Idade Moderna⁴.

A economia doméstica fechada, proposta por Bücher para o mundo antigo, consiste na ausência de trocas, pois a produção é de caráter pessoal – o que é produzido no *Oikos* é consumido no mesmo – e a circulação da produção se restringe ao círculo fechado da casa. Produção e consumo formam um único processo inseparável, as mercadorias não trocavam de mãos, ou seja, a economia do mundo antigo é caracterizada como amplamente autárquica e relativamente primitiva, o que levou Karl Bücher e outros autores defensores dessa concepção a serem chamados de “primitivistas”. A partir da formulação desse modelo, Bücher preconiza leis evolucionistas ao desenvolvimento das sociedades pré-capitalistas⁵.

A crítica do historiador da antiguidade Eduard Meyer (1855-1930) aos primitivistas, concentra-se no primeiro estágio da economia formulado por Bücher, uma reação às teorias evolucionistas e o desejo dos historiadores profissionais de reafirmar seu “lugar” no campo dos estudos históricos. Meyer apresenta a concepção de uma economia completamente desenvolvida tanto no plano industrial quanto capitalista, concomitantemente a um Estado onipresente e totalizante, ou seja, atribui para a economia antiga características semelhantes à economia capitalista. Por conseguinte, Meyer e demais autores dessa corrente teórica foram chamados de “modernistas”⁶.

Eduard Meyer: primeiras percepções do Egito “modernista”

Segundo Eduard Meyer (1955), O Antigo Oriente Próximo é marcado pela presença de uma indústria desenvolvida, um tráfico comercial generalizado e o emprego de metais preciosos como meio de troca. Encontra-se um cálculo a base de unidades de peso bem desenvolvido que se converte na base dos padrões monetários que se iniciou na Babilônia desde o terceiro milênio, e se expandiu por todo Antigo Oriente Próximo. No que concerne

ao antigo Egito, Eduard Meyer (1955) questiona Bücher em relação à ausência de trocas na antiguidade⁷. Baseando-se nas fontes disponíveis da época, Meyer constata que o comércio e as trocas eram muito comuns e que há, inclusive, a presença de um intercâmbio econômico entre regiões longínquas desde épocas bem remotas, afirmando que o comércio constitui um dos fatores decisivos para o desenvolvimento da cultura. O autor aponta a importância extraordinária das caravanas de beduínos pelo deserto, carregadas de resina, para o forte comércio de ouro proveniente da Núbia e incenso da Somália. Para manter comunicação direta com a costa africana do incenso, o faraó, com frequência, enviava embarcações para tal região. Meyer afirma que o comércio do deserto foi fundamental para a história do Antigo Oriente Próximo⁸.

Para Meyer, apesar de baseado numa economia natural, o Egito, no final do terceiro milênio, já apresentava um Estado altamente desenvolvido e burocrático. O recenseamento de propriedade territorial, ouro e gado para fins fiscais era comum. As cidades contavam com a presença de numerosos artesãos e comerciantes, e era possível que um homem de origem pobre alcançasse uma considerável fortuna a julgar pelos seus sepulcros. O trabalho escravo se aplicava quase que exclusivamente para o serviço pessoal, ou seja, o número de escravos era muito pequeno em relação aos trabalhadores livres. Adornos sepulcrais mostram cenas de mercados onde eram comercializados unguentos, gêneros alimentícios e ferramentas que eram pagos com correntes, sandálias, entre outros⁹.

No Império Novo (1580 a.C), o Egito se tornara um Estado conquistador e fora fortemente influenciado pela Ásia. Diversos produtos daquela região penetram no Egito não somente sob forma de tributação, mas, também, pelo comércio. Outro fator importante é a adoção das medidas asiáticas e o cálculo a base de metais preciosos, já conhecidos pelos egípcios desde o Império Antigo, quando anéis de cobre, com peso aproximado de 15 gramas, eram usados como medida de valor, passando a utilizar barras de cobre (“*debens*”) com o peso equivalente a 91 gramas, que, em realidade, não se constituíam em moeda, mas uma medida de valor para o intercâmbio pelo qual se podia estimar o preço dos artigos comercializados. Todavia, os tributos continuam majoritariamente sendo cobrados em produtos naturais ou fabricados¹⁰.

A partir de papiros com livros de contas da corte real do final do Império Médio, Meyer afirma que tal documento é uma imagem viva do sistema de economia natural do Egito. A fonte refere-se a instruções ao escriba do palácio Neferhotep de como efetuar a entrega das rendas do dia à rainha, aos príncipes, às princesas e às damas do harém,

respectivamente. As rendas do dia consistiam em: trinta pães, cinco jarros de cerveja e uma porção de frutos do campo para a rainha; para os príncipes e princesas, que se encontravam em tenra idade, a quantia de 10 pães para cada; para as damas do harém, dez pães e um jarro de cerveja. É importante ressaltar que a quantia das rações implicava em satisfazer também as necessidades dos servos de cada um dos beneficiados¹¹.

A partir do estudo das fontes, Meyer afirma que as ideias de Bücher não correspondiam em absoluto à realidade econômica do mundo antigo¹². Segundo Schiavone¹³, apesar do equívoco em substituir o evolucionismo linear de Bücher por um evolucionismo cíclico atribuindo efeitos de traços do passado no presente, Meyer constatou que a hipótese de Rodbertus e Bücher carecia de fundamentação histórica, porém não percebeu que a produção mercantil no mundo antigo se mantinha sob um ambiente de pobreza e escassez¹⁴. A unilateralidade das duas teses envolveu seus defensores em uma “ilusão de ótica” do muito próximo e do muito distante, resultando em posições irreconciliáveis para uma mesma problemática, entretanto, a tese de Eduard Meyer prevaleceu, pois, condizia melhor com as fontes disponíveis na época, porém, obteve uma vitória vulnerável, logo que reflexões e questionamentos sobre a tese foram suscitados¹⁵.

Do historicismo à antropologia econômica

A partir da metade do século XX, antropólogos econômicos começam a se interessar pelas sociedades “primitivas”. Esse interesse fomentou uma reinterpretação do debate do *oikos*, iniciado na Alemanha no século anterior. Na segunda metade dos anos quarenta a antropologia econômica já era uma ramificação bem desenvolvida da antropologia cultural. Alguns dos principais antropólogos que se preocuparam em entender o desenvolvimento “econômico” das sociedades “primitivas” foram Richard Thurnwald e Bronislaw Malinowsky. Os estudos desses antropólogos levaram o húngaro Karl Polanyi à conclusão de que a economia do homem, em geral, está arraigada em suas relações sociais. Por meio de estudos empíricos, Polanyi afirma que, tanto nas sociedades primitivas como na antiguidade, as relações econômicas estão inseridas no âmbito do parentesco, do Estado, do mágico e do religioso e baseadas nas relações de reciprocidade, redistribuição e intercâmbio. A economia em tais sociedades não existe enquanto instituição separada. Polanyi parte da premissa de que a economia pode ter dois significados: o “real” ou “substantivo” e o “formal”¹⁶.

O significado “real” ou “substantivo” parte da dependência do homem com a natureza e com seus semelhantes para conseguir o seu sustento, ou seja, o intercâmbio com o meio natural e social para satisfazer suas necessidades materiais. Esse é o sentido de econômico para Polanyi. O significado “formal” consiste no caráter lógico da relação entre meios e finalidades, ou seja, a economia seria uma escolha racional, lógica entre alternativas, que devem ser aplicadas a recursos escassos, a escolha de meios em relação a determinadas finalidades seria induzida pela insuficiência de tais meios. Partindo dessa premissa, a economia seria o resultado da aplicação da noção “formal” a uma atividade econômica já definida, isto é, o mercado¹⁷.

Polanyi critica a tradição modernista ao afirmar que identificar automaticamente a economia em forma de mercado é uma falácia, pois o sistema oferta/procura/preço é um advento característico da economia capitalista moderna¹⁸.

Em relação ao debate do *oikos*, Polanyi posicionou-se favorável aos primitivistas, mesmo questionando o evolucionismo de Bücher e Rodbertus. Seu trabalho redirecionou o debate da economia antiga, anteriormente norteado pela divergência entre primitivistas e modernistas, e agora protagonizado por substantivistas sob a influência de Karl Polanyi e formalistas sob a influência de Karl Menger¹⁹.

Jacob Janssen²⁰, o principal substantivista no domínio egiptológico, afirma que a estrutura econômica do Egito antigo pode ser descrita a partir do princípio de redistribuição: o palácio e os templos recolhiam como tributação o excedente produzido pelas unidades domésticas camponesas para ser redistribuído entre funcionários, sacerdotes, exército, artesãos especializados, entre outros. Essas unidades domésticas eram auto-suficientes e os bens que não produziam ou não obtivessem por meio da redistribuição estatal (sal, cobre, artigos de luxo) eram adquiridos por escambo no mercado local – os preços eram fixados de acordo com o valor de uso – ou por meio de dons e contradons entre as famílias da comunidade²¹. Janssen descarta a formação de preços como na economia moderna, pois a economia antiga é de caráter natural e estatizante, não havendo espaço para tal mercado. A circulação de bens era uma prerrogativa do palácio e dos templos, o que não impediu, porém, limitou o desenvolvimento do comércio privado. Havia comércio local, no entanto, não havia um mercado no sentido moderno nem produção para o mercado. As relações comerciais são definidas por Janssen como escambo mesmo admitindo a existência de moedas de conta como pesos de prata, cobre, tecidos ou cereais²².

Barry Kemp: o Egito antigo na perspectiva de um “formalista moderado”

Os trabalhos de Janssen provocaram a contestação imediata do formalista Barry Kemp, que desde 1989, critica a concepção substantivista ao declarar que tal concepção isola desnecessariamente o passado e empobrece a discussão sobre a economia antiga, representando os sistemas do mundo antigo como entidades estáticas, sem mecanismos para adequar-se às mudanças²³. Ciro Flamarion Cardoso²⁴ considera Barry Kemp um “formalista moderado”, pois, apesar de propor o que Polanyi chama de visão formal da economia, Kemp não nega a existência de especificidades na economia egípcia antiga e não projeta no passado as categorias econômicas do capitalismo moderno, como se fossem universais. Para Kemp, tanto a economia antiga quanto a moderna e contemporânea se caracterizam pela existência, em diferentes proporções, de duas esferas: a esfera pública administrativa, que, mesmo atualmente, nas economias mais capitalistas, está presente na economia de guerra e contratos militares, subsídios aos preços agrícolas, seguro social e desemprego, e, controle sobre o sistema monetário e financeiro. Essa esfera delimita o âmbito em que a outra esfera, que corresponde à economia de mercado vai funcionar. A economia de mercado está vinculada aos interesses e demandas privados.

Kemp admite o sistema de redistribuição da economia egípcia, bem conhecido e detalhadamente documentado em alguns papiros que apresentam casos bem específicos em períodos distintos, contudo, a essas fontes principais de informações pode-se adicionar uma série de outras fontes de segunda ordem. Vestígios arqueológicos de enormes galpões indicam o armazenamento de cereais feitos pelo Estado como reserva, para nivelar as flutuações de oferta causadas por variações na colheita. A cheia anual do Nilo era fundamental para a agricultura e podia variar de um ano para outro. Outro aspecto importante é que o ciclo do Nilo dependia de fatores climáticos. Tais fatores, a depender das circunstâncias, podiam trazer consequências severas à economia. A intervenção do Estado (palácio e templos) em providenciar reservas, exercia um considerável efeito amortecedor sobre tais consequências. O nível básico dos gastos da monarquia se mantinha através das rendas das terras e outros recursos produtivos dos quais era proprietária, mediante tributação concedidas a funcionários e instituições e através da cobrança de tributos por todo o país. Junto ao palácio e centros de autoridade administrativos, havia uma complexa rede de fundações e instituições religiosas quase autônomas, que em diferentes níveis, cobravam rendas em que parte era armazenada e parte era distribuída como rações ou salários²⁵. O setor público da economia egípcia existia

para satisfazer as demandas institucionais, e, quando satisfazia as demandas privadas, o fazia de maneira tênue²⁶.

Ao analisar o contexto que envolveu a VI Dinastia em que as conjunturas permitiram que governadores de província mais ambiciosos lutassem a todo custo para se apropriarem de territórios mais amplos, o autor cita o exemplo de Anjtif de Hieracompolis, que depois de apropriar-se do nomo vizinho de Edfu, distribuía alimentos para minimizar a fome que assolava a região. Diante desse contexto, Kemp questiona se a administração estatal realmente era capaz de satisfazer as demandas habituais e afirma ser ingenuidade acreditar que os egípcios eram receptores passivos de um sistema estatal redistributivo²⁷.

Os papiros de Hekanajt que remetem ao primeiro período intermediário são cartas de viagem enviadas pelo agricultor Hekanajt para a sua família, que denotam recomendações para maximizar a receita familiar mediante relações de negócios com vizinhos e outras pessoas, sem que haja menção a um sistema ou autoridades externos. Hekanajt possuía mais do que necessitava para satisfazer as necessidades da família e detinha uma considerável reserva de capital. É importante ressaltar que Hekanajt viveu em uma época difícil: em suas cartas ele faz claras referências à fome, o que se faz concluir que a mentalidade de Hekanajt era de alguém que possuía riqueza devido à sua destreza em negociações e não de alguém cuja riqueza dependia da posição que ocupava no seio de obrigações sociais e ajuda administrativa²⁸.

As razões que levavam a acumular riquezas iam muito além do desejo de um funeral luxuoso, um bom enterro era apenas um fator dentre vários outros que exerciam pressão econômica sobre a demanda privada. As pessoas tinham uma infinidade de motivos para acumular riquezas: o desejo de uma casa nova ou uma moradia ostentosa, fazer doações aos templos, subornar para alcançar ascensão, adquirir embarcações ou, durante o Império Novo, até cavalos e carros. Nota-se a presença de uma forte demanda privada que se satisfazia independentemente do sistema público²⁹.

A aquisição e venda de artigos se fazia por meio de troca, contudo, não se tratava de um gesto impulsivo, tudo possuía um valor que era expresso em diversas unidades que coincidiam com as quantidades de determinados produtos: o peso da prata e do cobre/bronze e as unidades especiais de grãos, por exemplo. Intercambiavam-se metais, porém, não eram utilizados em forma de moeda. O que mais se aproximava ao dinheiro eram os pesos de pedra que eram colocados sobre uma balança para se estipular o peso e o valor de um produto. Os preços e as relações de valor variavam. Em Tebas, por exemplo, o valor da prata em relação

ao cobre passou de 1 a 100 para 1 a 60 em finais do Império Novo, provavelmente devido à grande incidência de roubos no período. O Estado não regulava a fixação de preços de maneira explícita. Em períodos de grande centralização administrativa as instituições se encarregavam em grande parte da remuneração dos salários, do recolhimento, armazenamento e redistribuição dos produtos que estavam estocados nas reservas, entretanto, em linhas gerais, os preços se fixavam sozinhos. Kemp afirma que a relação oferta/demanda atua no mercado com intensidade variável, conforme as circunstâncias, logo que essa relação reflete a preferência geral dos seres humanos a comprar mais barato, associada ao limiar de resistência ante preços elevados³⁰.

Os dados relativos à fixação de preços são neutros, o que pode provocar interpretações muito díspares como nos estudos magistrais de Janssen, que os utiliza como prova de uma total ausência de consciência econômica por parte dos egípcios e de que os preços tinham pouco poder autorregulador. Um claro exemplo: o preço de um par de sandálias, que durante quase 150 anos se mantiveram entre 1 e 2 *deben*. Janssen entende essa estabilidade como prova de que a tradição teve grande peso na fixação de preços, porém, pode-se dizer que o preço do par de sandálias se mantinha naquele nível devido à resistência do comprador em pagar mais caro pelo produto, geralmente, ao se deparar com um valor mais elevado, o comprador adquiriria as sandálias de outro fabricante. Sem conhecer o conceito de lucro, o egípcio, como uma estratégia natural de sobrevivência, agia intuitivamente ao reconhecer o bom e o mau preço. A partir das pinturas em tumbas é possível inferir a existência de mercados onde vendedores comercializavam suas mercadorias, o que implica no comércio não apenas praticado por vizinhos ou membros de uma mesma comunidade³¹.

O Egito por ser um país rico, em épocas de estabilidade possuía riquezas em quantidade, em estoque e em circulação, oferecendo a todos a possibilidade de uma vida acima dos níveis de subsistência, o que gerava o fenômeno da demanda privada em que o mercado respondia às demandas que não eram supridas pelo Estado e, que em épocas de governo fraco, esse fator era fundamental³².

Conclusão

A perspectiva modernista de Eduard Meyer sobre o Egito antigo insere-se no contexto do debate com os economistas que defendiam o domínio do *oikos* em todo o mundo antigo. Meyer utilizou o Egito e o mundo greco-romano para demonstrar que as teses de Bücher

estavam equivocadas. Amparado em fontes documentais, o autor, como vimos no texto, descreveu um intenso comércio no Egito antigo. Contudo, como muito bem apontou Schiavone, ele não percebeu que este comércio estava imerso em um mundo natural, dominado pela pobreza e escassez, sem permitir uma integração entre as esferas da circulação e a produção.

Em uma perspectiva similar, mas em outro contexto, Kemp defende uma esfera privada dos mais diversos interesses econômicos, envolvendo trocas, comércio e investimentos, que atendiam as demandas dos egípcios para além da esfera estatal, em contraponto, à perspectiva substantivista, defendida por Janssen. Kemp tende a generalizar, para todos os períodos, casos específicos de fases de descentralização estatal, quando a iniciativa privada conheceu o seu ápice, e, ao postular uma tendência competitiva na natureza humana, acaba por empobrecer o que cada sociedade ou cultura tem de singular. A “propensão inata” de acumular riqueza, postulada por Kemp, não se aplica a sociedades que produziam excedentes e mesmo assim mantiveram estruturas tribais³³.

A investigação dos trabalhos de Meyer e Kemp, autores paradigmáticos do modernismo e formalismo com uma visão de um Egito moderno com estruturas econômicas semelhantes à sociedade capitalista, só pode ser entendida no seio do secular debate sobre economia antiga quando contextualizado e historicizado, objetivo precípua, mesmo que ainda preliminar, de nossa comunicação.

¹Lívia Cristina de Souza Sigliani; Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Bolsista voluntária do projeto de pesquisa “Karl Polanyi e a economia antiga”, cadastrado pela gerência de pesquisa da UESB, sob coordenação do Profº Drº Alexandre Galvão Carvalho. E-mail: lisigliani@hotmail.com

² CARVALHO, A. G. *A Economia Antiga: História e Historiografia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011, p. 50.

³CARVALHO, A. G. *Historiografia e Paradigmas: A Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 26-30.

⁴CARDOSO, C. F. *Introdução à historiografia ocidental*. Mimeógrafo, p.14.

⁵CARVALHO, A. G. *A Economia Antiga: História e Historiografia*, *cit.* (ver nota 2 *supra*), pp. 47-48.

⁶SCHIAVONE, A. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 51.

⁷MEYER, E. *El Historiador y la Historia Antigua: Estudios sobre la teoría de la Historia y la Historia Económica y Política de la Antigüedad*. México – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1955.

⁸*Idem, ibidem*, p.72.

⁹*Idem, ibidem*, pp. 74-75.

¹⁰*Idem, ibidem*, p.76.

¹¹*Idem, ibidem*, pp. 128-132.

¹²*Idem, ibidem*, p.79

-
- ¹³SCHIAVONE, A. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*, *cit.* (ver nota 6 *supra*), p. 82.
- ¹⁴*Idem, ibidem*, p.138
- ¹⁵CARVALHO, A. G. *A Economia Antiga: História e Historiografia*, *cit.* (ver nota 2 *supra*), pp.52-54.
- ¹⁶CARVALHO, A. G. *Historiografia e Paradigmas: A Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga*, *cit.* (ver nota 3 *supra*), pp.121-140.
- ¹⁷*Idem, ibidem*, p. 130-137.
- ¹⁸CARDOSO, C. F. *Introdução à historiografia ocidental*. Mimeógrafo, pp.35-37.
- ¹⁹CARVALHO, A. G. *Op. cit.*, p. 149.
- ²⁰JASSEN, J. J. Debts and Credit in the New Kingdom. *The Journal of Egyptian Archaeology*.80, 1994.
- ²¹*Idem, ibidem*, p. 136.
- ²²CARDOSO, C. F. *Introdução à historiografia ocidental*. Mimeógrafo, p. 40.
- ²³KEMP, B. J. *El Antigo Egipto: Anatomía de Uma Civilización*. Barcelona: Hurope, 1996, p.294.
- ²⁴CARDOSO, C. F. *Op. cit.*, p. 45.
- ²⁵KEMP, B. J. *El Antigo Egipto: Anatomía de Uma Civilización*, *cit.* (ver a nota 23 *supra*), p. 297.
- ²⁶*Idem, ibidem*, p. 302.
- ²⁷*Idem, ibidem*, p. 304.
- ²⁸*Idem, ibidem*, p. 304.
- ²⁹*Idem, ibidem*, p. 306.
- ³⁰*Idem, ibidem*, pp. 317-318.
- ³¹*Idem, ibidem*, pp. 318-321.
- ³²*Idem, ibidem*, p. 329.
- ³³CARDOSO, C. F. *Introdução à historiografia ocidental*. Mimeógrafo, p. 47.